Eixo Capital



MILA FERREIRA (INTERINA)
milaneivaf@gmail.com

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Contagem regressiva

Faltam 65 dias para as posses de Celina Leão (PP) como governadora do Distrito Federal e dos deputados distritais, que acontecerão em 6 de janeiro de 2027 e não mais no dia 1º, como em 2023. A eleição da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) será no mesmo dia da posse dos parlamentares. A Mesa é eleita para um mandato de dois anos e, até a última legislatura, não era permitida a reeleição em uma nova legislatura dos deputados escolhidos para os cargos que compõem a mesa: presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, terceiro secretário e quarto secretário. No entanto, a CLDF aprovou, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica (PELO) nº 22/2026, que permite a reeleição da Mesa na troca da legislatura, o que pode levar o atual presidente da Casa, Wellington Luiz (MDB), à presidência novamente no próximo biênio. Os trabalhos legislativos se iniciam em 1º de fevereiro de 2027.

Retomada

A partir de hoje, está reaberto o cadastro eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), isto é, já é possível solicitar serviços como a emissão do título eleitoral, transferência de domicílio, regularização da situação cadastral e atualização de dados. O cadastro estava fechado desde 7 de maio por conta das Eleições de 2026.

Em defesa de Flávio

Ed Alves CB/DA Press



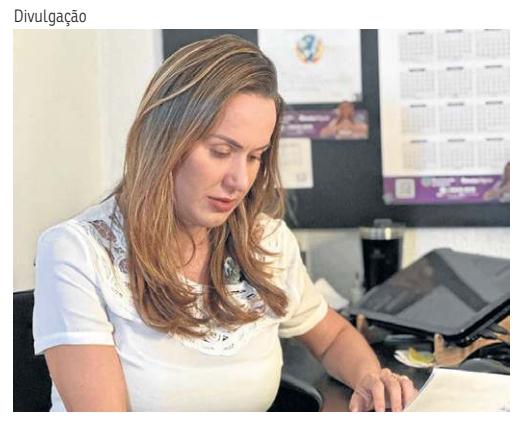
Em live nas redes sociais, no domingo, a senadora eleita e presidente do PL no Distrito Federal, Bia Kicis, defendeu a ida do candidato derrotado à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, para os Estados Unidos. Ela criticou o ministro Alexandre de Moraes por ter ordenado a entrega dos passaportes de Flávio.

"O Flávio não era condenado, não houve sentença, ele não foi denunciado por nada. O crime dele foi ter concorrido contra o Lula", disse Bia. "O Flávio deixou o Brasil se defendendo desse regime tirano. Em um país democrático, que não é o caso aqui, quem foi eleito deve governar para todos, e não sair perseguindo o opositor. Agora, todo ditador persegue o seu opositor. Eles colocam opositores na cadeia, e era exatamente isso que iam tentar fazer com o Flávio. Por isso que ele saiu do Brasil. Claro que fiquei surpresa, mas confesso que fiquei bastante aliviada", completou.

Marinho na presidência do Senado

Bia aproveitou para defender a eleição de Rogério Marinho (PL-RN) para a presidência do Senado. Ao falar sobre carga tributária, a senadora eleita afirmou que "empresas estão se preparando para ir embora do Brasil", por conta de impostos elevados. "Nós não queremos que isso aconteça de jeito nenhum. E é por isso que vou trabalhar incessantemente para redução da carga tributária", afirmou. "Temos (a oposição) maioria no Senado e na Câmara e, dependendo de quem a gente coloque na presidência, a gente consegue conter essa sangria. Eu e muitos vamos votar no Rogério Marinho", avisou.

Divulgação



Renata Daguiar questiona política econômica

Com formação em Economia e mestrado na área, a deputada distrital eleita Renata Daguiar (Republicanos) tem levado às redes sociais um posicionamento crítico à condução da economia pelo governo federal. Em publicações recentes, a futura parlamentar relacionou inflação, juros elevados e perda do poder de compra às decisões econômicas de Brasília, defendendo que os indicadores do mercado financeiro não podem ser analisados de forma isolada, já que seus efeitos chegam diretamente ao orçamento das famílias.

Ao comentar o chamado "fator Lula", Renata argumentou que mudanças no cenário político podem provocar reações nos investimentos, nos juros e na confiança dos agentes econômicos. Ela destacou que juros altos dificultam a vida de trabalhadores e empreendedores, ampliando o debate sobre os custos de uma política econômica que, em sua avaliação, precisa oferecer mais previsibilidade.

Renata destacou que defender o equilíbrio das contas públicas e reconhecer a importância do mercado financeiro não significa colocar o mercado acima das pessoas, mas entender que estabilidade econômica e justiça social precisam caminhar juntas.

Continuidade ao legado

Isac Mascarenhas/CB/D.A. Press



O deputado distrital Fábio Félix (PSol) carregava com orgulho o número de seu gabinete na Câmara Legislativa (CLDF), o 24. Ele usava como um amuleto da luta em favor da causa LGBTQIA+. Agora que o gabinete será desocupado, uma vez que Félix foi eleito deputado federal, a distrital recém-eleita Keka Bagno, companheira de legenda dele, vai pedir para ocupar o espaço. Keka também vai herdar as bandeiras de Fábio Félix. "Tenho muito orgulho do nosso trabalho desenvolvido na defesa dos direitos humanos, são muitas lutas e conquistas que queremos preservar e ampliar", disse ela à coluna.

"Quero retomar um projeto muito importante que Fábio aprovou e que depois foi vetado por Ibaneis, que é a proibição das terapias de conversão sexual (conhecidas como "cura gay"). E também fortalecer a rede de acolhimento para pessoas LGBT expulsas de suas casas. Outras duas iniciativas que quero destacar são o Espaço Infantil Coruja, para cuidar das crianças de quem trabalha ou estuda à noite, e o Programa Aluguel Sem Fiador, para enfrentar as dificuldades de acesso à moradia e o custo cada vez mais alto de viver no DF", elencou a deputada.

Mariana Campos/CB/D.A Press



Aumento expressivo de filiações

Após as eleições de 2026, o Partido dos Trabalhadores (PT) teve um aumento significativo no número de novos filiados. Além do sucesso do partido nas eleições presidenciais, o movimento é atribuído à explosão do canal Exército do Lula. No PT do DF, foram 337 novas filiações desde 5 de outubro, sendo 192 só de jovens (até 30 anos). Depois do dia 25 de outubro, foram 91 filiações, sendo 48 de jovens.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

ECONOMIA / Mais uma vez ameaçado, o Fundo Constitucional do Distrito Federal pode sofrer perdas por conta de uma lei que trata de combustíveis. Especialistas preveem desafios na luta pela preservação do recurso

Começa outra batalha pelo FCDF

» MILA FERREIRA

Divulgação



Bancada do DF se reuniu nesta semana com o presidente da Câmara, Hugo Motta

Apesar da próxima legislatura ainda não ter se iniciado, parlamentares de todos os espectros políticos já se mobilizam por uma pauta que une a direita e a esquerda na capital do país: a defesa do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). A aprovação de uma nova legislação que trata da redução de impostos sobre combustíveis impactou na forma de cálculo do recurso e pode causar perdas anuais de até R$ 1,8 bilhão. Especialistas ouvidos pelo **Correio** destacam a importância da preservação do recurso para a plena manutenção da saúde, educação e segurança pública do Distrito Federal.

"O fundo é o que sustenta o orçamento do DF. Com ele se paga praticamente toda a segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros e Polícia Penal) e uma parte grande de saúde e da educação. Perto de 40% de tudo que o DF gasta sai desse repasse da União. E a maior parte é folha de pagamento, uma despesa que cresce por regra de carreira, e não tem como ser cortada no curto prazo. A capacidade de funcionar do DF depende de uma lei federal e do desempenho da receita da União; por isso, qualquer mexida na regra fiscal nacional bate direto na capital do país", explica o cientista político e coordenador de análise política da BMJ Consultoria, Ariel Calmon.

Cientista política pela Universidade de Brasília (UnB), Teresa Starling ressalta que o FCDF não é um benefício concedido pelo governo federal e sim uma obrigação constitucional relacionada à condição de Brasília como a capital do país. "A importância do fundo precisa ser entendida, principalmente, a partir da população que depende desses serviços. A gente está falando de recursos para hospitais, escolas, profissionais da saúde, professores e forças de segurança. Quando existe uma ameaça a esse financiamento, existe também um risco para a manutenção das políticas públicas. E, numa cidade tão desigual como Brasília, qualquer comprometimento desses serviços tende a atingir especialmente a população que mais depende do Estado", analisa a especialista.

Mobilização

Na última quinta-feira, parlamentares de partidos de esquerda e de direita no DF se reuniram com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), para solicitar apoio a uma nova mobilização para reverter a regra aprovada na lei dos combustíveis, barrar a mudança de cálculo no FCDF e evitar perdas para o Distrito Federal. Um ofício foi entregue a Motta em nome da bancada solicitando, ainda, que o presidente não coloque na pauta de deliberações proposições legislativas que ofereçam risco de redução, limitação ou comprometimento dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Hoje, o valor do Fundo acompanha o crescimento da arrecadação federal. Se a receita da União sobe 10%, o FCDF sobe 10%. A nova lei coloca um freio nisso nos anos em que o governo prevê fechar as contas no vermelho, limitando o aumento a 2,5% acima da inflação e tirando as receitas do petróleo do cálculo.

"O fundo continua crescendo, mas bem menos do que pela regra antiga, e a estimativa é de que o DF deixe de receber cerca de R$ 1,8 bilhão em 2027. A situação pode ser revertida e o caminho mais firme é o Congresso aprovar outra lei complementar que deixe o fundo fora dessa trava, algo que ele mesmo já fez em 2023 com o arcabouço fiscal. Existe, também, uma ação no STF sobre o tema, e o Orçamento de 2027 pode ser ajustado para cobrir a diferença. O problema é o tempo, já que o Orçamento tem que ser votado até dezembro", alerta Ariel Calmon. "O fundamental é encontrar uma solução que preserve o financiamento dos serviços públicos e a previsibilidade orçamentária, sem transferir o peso do ajuste fiscal para a população que depende dessas políticas", completa Teresa Starling.

Memória

Esta não é a primeira vez que o Fundo Constitucional sofre ameaça em sua forma de cálculo e, consequentemente, o perigo de ocorrer perdas. Em 2023, alterações no Fundo Constitucional chegaram a ser previstas no novo arcabouço fiscal, aprovado na Câmara dos Deputados. No entanto, após intensa mobilização do Palácio do Buriti com a bancada do DF no Congresso, quando o projeto passou pelo Senado, a alteração foi retirada do relatório do senador Omar Aziz (PSD) e o fundo foi preservado. Em 2024, um pacote de corte de gastos do governo federal foi enviado ao Congresso prevendo alterações no fundo, que acabaram não avançando e o fundo se manteve como estava.

Atualmente, o valor repassado para o DF para o Fundo Constitucional é calculado com base na Receita Corrente Líquida (RCL) da União, portanto, é baseado diretamente no tanto que a União arrecada. Se a base de cálculo muda, o valor do recurso pode sofrer perdas.